

CAPITUAL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
CNPJ nº 34.942.560/0001-87

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores em R\$ Mil)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		35	451.290
Disponibilidades	4	35	446.476
Outros ativos		-	4.814
Outros créditos - Diversos		-	2.614
Estoque de Criptomoedas		-	2.200
Ativo não circulante		2.535	2.729
Imobilizado de uso	5.a	-	233
Móveis e equipamentos de uso		-	233
Intangível	5.b	2.535	2.496
Software		2.502	2.463
Marcas e patentes		33	33
Total do ativo		2.570	454.019

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAPITUAL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
CNPJ nº 34.942.560/0001-87

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores em R\$ Mil)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		576	457.311
Outros passivos	6	576	457.311
Depositos	6.a	-	455.714
Emprestimos		68	
Fiscais e previdenciárias	6.b	117	655
Diversas	6.c	391	942
Patrimônio líquido	7	1.994	(3.292)
Capital social	7.a	5.000	5.000
Prejuízo acumulado	7.b	(3.006)	(8.292)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.570	454.019

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAPITUAL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
CNPJ nº 34.942.560/0001-87

Demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores em R\$ Mil)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de serviços prestados	8	693	6.260
Receitas de serviços		735	6.625
Deduções e impostos		(42)	(365)
Resultado bruto da intermediação financeira		693	6.260
Outras receitas (despesas) operacionais		(4.904)	(7.426)
Despesas com pessoal		-	(1.633)
Outras despesas administrativas	9	(4.488)	(5.816)
Despesas tributárias	10	(183)	(51)
Outras receitas operacionais		-	248
Outras despesas operacionais		(233)	(174)
Resultado operacional		(4.211)	(1.166)
Resultado não operacional		-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(4.211)	(1.166)
Imposto de renda e contribuição social	11	(63)	(697)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(4.274)	(1.863)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras:

CAPITUAL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
CNPJ nº 34.942.560/0001-87

Demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores em R\$ Mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	(4.274)	(1.863)
Resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total	(4.274)	(1.863)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAPITUAL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
CNPJ nº 34.942.560/0001-87

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores em R\$ Mil)

	Capital realizado	Reserva de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do exercício em 01 de janeiro de 2024	8.677	- -	10.106	(1.429)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.863)	(1.863)
Redução de Capital	(3.677)	-	3.677	-
Saldos no fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2024	5.000	-	(8.292)	(3.292)
Mutações do exercício	(3.677)	-	1.814	(1.863)
Saldos no início do exercício em 01 de janeiro de 2025	5.000	- -	8.292	(3.292)
Prejuízo do exercício	-	-	(4.274)	(4.274)
Ajuste de exercício anterior	-	-	9.560	9.560
Saldos no fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2025	5.000	-	(3.006)	1.994
Mutações do exercício	-	-	5.286	5.286

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAPITAL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
CNPJ nº 34.942.560/0001-87

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro
de 2025 e 2024

(Valores em R\$ Mil)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.274)	(1.863)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Ajuste de exercícios anteriores	7.b 9.560	-
Lucro líquido ajustado	5.286	(1.863)
Variações nos ativos		
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e inst. financ. deriv.	-	200
(Aumento) redução em outros créditos	4.814	(1.189)
Variações nos passivos		
Aumento (redução) em outros passivos	(456.735)	(5.621)
Caixa líquido utilizado nas) / proveniente das atividades operacionais	(446.635)	(8.473)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(39)	(505)
Baixa de ativo imobilizado	233	-
Caixa líquido (utilizado nas) / proveniente das atividades de investimentos	194	(505)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	446.476	455.454
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	35	446.476

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Capital Instituição de Pagamento S.A., sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.369 fundada em 20 de setembro de 2019, foi constituída sob a forma de sociedade limitada, com objetivo de realizar auxiliares dos serviços financeiros não especificados anteriormente, correspondente de instituições financeiras, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.

1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Instituição em continuar operando normalmente, sendo que está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Capital Instituição de Pagamento S.A..

A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de dar continuidade a suas operações. Deste modo, as demonstrações financeiras da Instituição foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as disposições contidas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme Pronunciamento NBC TG 1.000 (R1), emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que essas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e a sua moeda de apresentação.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração médias empresas. Estas normas exigem que a preparação das demonstrações financeiras com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nos julgamentos, premissas e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Empresa revisa suas estimativas e premissas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.4. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Empresa elabora suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

3. Descrição das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Empresa de maneira consistente para o exercício apresentado nessas demonstrações financeiras. A seguir apresentamos as principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

3.1. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regimento de competência, observando-se critérios “pro-rata” dia para aquelas de natureza financeira.

3.2. Disponibilidades

As disponibilidades, são representadas por caixa e equivalente de caixa em moeda nacional e/ou estrangeiras, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Instituição no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.

3.4. Instrumentos financeiros – Títulos e valores mobiliários

(i) Títulos para negociação – são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda – títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

3.5. Ativo e passivo circulante

Ativos circulantes - são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes - são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Ativo e passivo

Ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição, e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens e, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária sendo: 10% a.a. para os móveis e equipamentos de uso. O intangível está representado por Software, sendo amortizados a alíquota de 20% a.a.

3.8. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC-PME 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes da seguinte forma:

(i) Ativos contingentes: não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

(ii) Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

3.9. Resultado recorrente e não recorrente

A Instituição considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Instituição. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve resultados não recorrentes.

3.10. Impostos de renda, contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.11. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores e prazos usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

4. Disponibilidades

O saldo de disponibilidades era composto somente por caixa em espécie.

	2025	2024
Disponibilidades	35	446.476
Total	35	446.476

5.a. Imobilizado de uso

Os valores do imobilizado de uso refere-se à aquisição do mobiliário e equipamentos utilizados na exploração da atividade da instituição.

	Saldo inicial 2025	Adições	Baixa	Depreciação	Saldo final 2025
Imobilizado de Uso	233	-	-233	-	-

5.b. Intangível

Os valores dos ativos intangíveis referem-se à aquisição dos sistemas de processamento de dados e direito de uso adquiridos pela Empresa.

	Saldo inicial 2025	Adições	Baixa	Depreciação	Saldo final 2025
Software	2.463	39	-	-	2.502

A Entidade está em processo de desenvolvimento de software próprio com o objetivo de automatizar processos internos, oferecer um novo produto digital, melhorar o controle operacional etc.

6. Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos (a)	-	455.714
Empréstimos	68	
Fiscais e previdenciárias (a)	117	655
Outras obrigações (b)	394	942
Total	576	457.311

(a) Saldo de clientes para compra de criptomoedas.

(b) Fiscais e previdenciárias: composto pelo saldo de impostos retidos e impostos sobre o lucro.

(c) Outras obrigações: pagamentos a efetuar, relativos a outras despesas administrativas da Instituição.

7. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de 5.000 representado por 5.000 de ações ordinárias, totalmente integralizadas.

b. Destinações do lucro

O estatuto social determina que, do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados:

- Pagamento de dividendos aos acionistas de no mínimo 5%, observadas as disposições legais aplicáveis.
- O saldo, se houver, deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com a proposta submetida pela administração.
- Em 2025 não foi constituída reserva de lucros, pois a empresa apresentou prejuízo ao final do exercício.
- Em 2025 não foi constituída reserva legal, pois a empresa apresentou prejuízo ao final do exercício.

e) Não houve distribuição de dividendos em 2025 e 2024

c. Ajuste de exercícios anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia identificou a necessidade de registrar ajustes relativos a períodos anteriores no valor de 9.560.

O ajuste foi realizado para refletir a fidedignidade das informações financeiras, corrigindo distorções nas contas patrimoniais da instituição, cujos efeitos não puderam ser mensurados com precisão na data de emissão das demonstrações do exercício anterior.

d. Remuneração de pessoal-chave da Administração

No exercício de 31 de dezembro de 2025, a Instituição não despendeu remuneração às pessoas chave da Administração.

8. Receitas de serviços

A receita atribuída no exercício de 2025 refere-se à prestação de serviços.

	2025	2024
Receitas de serviços	735	6.625
Deduções e impostos	(42)	(365)
Total	693	6.260

9. Outras despesas administrativas

	2025	2024
Despesa de aluguel	-	-
Despesa de comunicações	(7)	(8)
Despesa de serviços (a)	(4.316)	(5.734)
Outras despesas	(165)	(74)
Total	(4.488)	(5.816)

(a) Trata-se de serviços de terceiros prestados a instituição e realizados pertencentes ao exercício em curso.

10. Despesas tributárias

	2025	2024
IOF	(183)	(44)
Outras taxas	-	(7)
Total	(183)	(51)

11. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos diretos são apurados pelo regime do lucro presumido.

	2025	2024
Imposto de renda	(42)	(506)
Contribuição social	(21)	(191)
Total	(63)	(697)

12. Contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia nenhuma contingência de risco possível e provável a ser contabilizada.

13. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, não havia quaisquer operações com partes relacionadas.

15. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes.

GUSTAVO REZENDE DE CARVALHO PEREIRA
DIRETOR
CPF: 440.971.758-82

ROBSON DE CASSIO RODRIGUES FILHO
CRC - SP N MG041897/O-2
CPF: 520.301.306-30